

Câmara Municipal de Jerônimo Monteiro
Estado do Espírito Santo



PARECER N° 010/2024

Da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, com relação ao **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 003/2024 DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO** que dispõe sobre: **“ALTERA A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 004/2011, MODIFICANDO AS NOMENCLATURAS DOS CARGOS COMISSIONADOS DE CHEFE DE DEPARTAMENTO E ENCARREGADO DE ÁREA, ATRIBUI FUNÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

Trata-se de **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 003/2024 DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO** que dispõe sobre: **“ALTERA A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 004/2011, MODIFICANDO AS NOMENCLATURAS DOS CARGOS COMISSIONADOS DE CHEFE DE DEPARTAMENTO E ENCARREGADO DE ÁREA, ATRIBUI FUNÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

O Projeto de Lei em tela visa regularizar no âmbito municipal inconstitucionalidades no bojo da Lei Complementar 004/2011, em razão de ausência de descrição das atribuições dos cargos comissionados ao tempo de sua edição.

Inicialmente, urge mencionar que não estamos diante de PLC que cria qualquer cargo, mas sim que muda a nomenclatura dos cargos existentes, insere suas respectivas atribuições, bem como, transfere de uma secretaria para outra cargos de sua estrutura organizacional.

Seguindo, importante destacar que a criação de cargos em comissão é exceção à regra de ingresso no serviço público mediante concurso público de provas ou provas e títulos e somente se justifica quando presentes os pressupostos constitucionais para sua instituição.



Câmara Municipal de Jerônimo Monteiro Estado do Espírito Santo



A Jurisprudência do STF fixou a seguinte tese acerca desse tema: a) A criação de cargos em comissão somente se justifica para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento, não se prestando ao desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais; b) tal criação deve pressupor a necessária relação de confiança entre a autoridade nomeante e o servidor nomeado; c) o número de cargos comissionados criados deve guardar proporcionalidade com a necessidade que eles visam suprir e com o número de servidores ocupantes de cargos efetivos no ente federativo que os criar; e d) as atribuições dos cargos em comissão devem estar descritas, de forma clara e objetiva, na própria lei que os instituir.

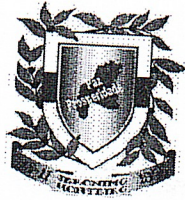
Ainda, destaco a necessidade imposta pela CF/88 de que as atribuições do cargo comissionado criado sejam adequadas às atividades de direção, chefia ou assessoramento, não se podendo compreender nesse espectro atividades meramente burocráticas, operacionais ou técnicas.

Registra-se que a Lei Complementar 04/2011 não trouxe em seu bojo as atribuições dos cargos criados, ou seja, ao tempo de sua edição patente era o vício de inconstitucionalidade, o que não fora vislumbrado pelo legislados daquela legislatura.

Urge dizer que esse projeto se encontra proposto, uma vez que não é possível a edição de lei posterior para fixar as atribuições não realizadas ao tempo da norma com lacuna. Vejamos:

“urge que as atribuições dos cargos estejam previstas na própria lei que os criou, de forma clara e objetiva, não havendo a possibilidade de que sejam fixadas posteriormente”

Decerto, somente com a descrição das atribuições dos cargos comissionados na própria lei que os institui é possível verificar o atendimento do art. 37, inciso V, da CF/88.



Câmara Municipal de Jerônimo Monteiro Estado do Espírito Santo



Projeto com duas emendas apresentadas até a presente data e subscrita por este Relator.

Analisando as emendas apresentadas, uma de cunho supressivo e outra aditiva, verifico que ambas estão de acordo com a legislação e atribuição legislativa, não usurpando a esfera de competência de cada Poder constituído.

Registra-se que nenhuma das emendas trazem despesas nem tampouco renúncia de receita para a municipalidade, portanto, legais.

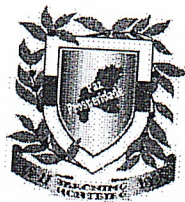
Quanto a emenda supressiva esta se faz necessário, pois quando da edição da Lei Complementar 009/2024 que criou a Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo, em seu bojo ocorreu a extinção do Departamento Cultura, Turismo, Esporte e lazer e do respectivo cargo – referência CCAF-6” da estrutura da Secretaria de Educação, por isso, não há como que seja transferido este para a nova secretaria em razão da extinção.

Acerca da emenda aditiva se fez necessário como forma de melhor organizar a legislação ora criada, especificando o quantitativo dos cargos e seu respectivo alocamento por secretaria.

Assim sendo, por não haver indícios de ilegalidade, inconstitucionalidade e nem vícios formais e materiais no Projeto de Lei em tela, portanto, atende o Princípio da Constitucionalidade e da Legalidade que rege a espécie, opina este Relator FAVORAVELMENTE ao PLC e requer o seu prosseguimento.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO “ES”,
em 03 de maio de 2024.

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO,
JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**



Câmara Municipal de Jerônimo Monteiro
Estado do Espírito Santo



Glauco
MATHEUS GARCIA CARVALHO
RELATOR

PAINEL DE VOTAÇÃO DO PARECER Nº 010/2024

NOMES	A FAVOR	CONTRA	ASSINATURA
Elias Lugão Britto – Presidente	<i>α</i>		<i>[Signature]</i>
Matheus Garcia Carvalho - Relator	<i>α</i>		<i>Glauco</i>
Adezilda da Silva Santos – Membro	<i>α</i>		<i>Adezilda da Silva Santos</i>

RESULTADO DA VOTAÇÃO POR PARECER

☒ **APROVADO**
☐ **REJEITADO**